



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

## RELATÓRIO

Campinas, 07 de janeiro de 2026.

### COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

#### Protocolo e-SIC 869/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o(a) **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 869/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 29/10/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 16/12/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 28/11/2025 por Marco Aurélio Abrahão Sales Motivo: Devido a motivos operacionais internos, solicitamos dilação de prazo de 10 (dez) dias para atendimento a solicitado pelo interessado. Atenciosamente, Marco Aurélio A. Sales Em 28/11/2025
<b>Solicitação</b> Pela lei de acesso a informação solicito o que segue: Sobre a lei 8744/1996 que Declara imune de corte determinadas espécies de árvores no Município de Campinas e dá outras providências. Solicito: 1-O georeferenciamento de cada uma delas. 2-O laudo fitossanitário de cada uma delas 3-O relatório de manutenção de cada uma delas desde 1996			

A solicitação, enviada à **Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP)**, obteve a seguinte resposta:

Campinas, 15 de dezembro de 2025

Ref.: Ofício nº 103A-LAI/2025/SMSP - LAI nº 869/2025

Em atenção ao Ofício nº 103A-LAI/2025/SMSP referente à LAI nº 869/2025, informo que os dados referentes ao estado fitossanitário dos indivíduos arbóreos e a sua devida localização estão contemplados no Inventário Arbóreo realizado pela SMSP-DPJ e a gestão operacional de manejo dos mesmos estão contemplados na operacionalização, no que tange à poda e supressão, na rotina diária do DPJ.

Insatisfeito, o(a) **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 869/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 19/12/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 05/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Solicito recurso pois não tive resposta a nenhum dos itens.Favor responder por itens, conforme o solicitado e enviar os dados de cada item.			

A resposta em 1ª instância ratificou aquela dada inicialmente, a saber:

Campinas, 30 de dezembro de 2025

Ref.: Ofício nº 133A-LAI/2025/SMSP - LAI nº 869/2025

Em atenção ao Ofício nº 133A-LAI/2025/SMSP referente à LAI nº 869/2025, ratifico as informações anteriormente enviadas, esclarecendo que o levantamento fitossanitário e o georreferenciamento dos indivíduos arbóreos encontram-se no rol dos indivíduos já inventariados e a manutenção dos mesmos faz parte do manejo arbóreo urbano realizado pela SMSP.

Irresignado(a), o(a) **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância** nas seguintes linhas:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 869/2025	Tipo Solicitação Recurso Segunda Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Aberto	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 06/01/2026	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em Não Recebido	Prorrogação Não Prorrogado
<b>Solicitação</b> Solicito recurso. Copio novamente o que foi solicitado e não foi respondido: Solicito: 1-O georeferenciamento de cada uma delas. 2-O laudo fitossanitário de cada uma delas 3-O relatório de manutenção de cada uma delas desde 1996			

**Compete a esta CMJRAI**, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 105.155/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque a **RECORRENTE** solicitou inicialmente, em relação a determinadas espécies de árvores no Município de Campinas declaradas imunes de corte pela Lei 8744/1996 1- O georeferenciamento de cada uma delas. 2-O laudo fitossanitário de cada uma delas 3-O relatório de manutenção de cada uma delas desde 1996.

A resposta oferecida limitou-se a informar que os dados e localização dos indivíduos arbóreos **estão contemplados no inventário arbóreo realizado pela SMSP-DPJ**, e que sua **manutenção faz parte do manejo arbóreo urbano**, na rotina diária daquele Departamento.

Ocorre que a SMSP não carregou ao e-SIC a documentação para acesso do(da) **SOLICITANTE** ora **RECORRENTE** a tal inventário arbóreo realizado pela SMSP-DPJ, que contenha **o georeferenciamento e o laudo fitoterápico**, tampouco explicitou se há ou não **registros da manutenção diária** (manejo arbóreo urbano) das espécies de árvores no Município de Campinas declaradas imunes de corte pela Lei 8744/1996.

Dessa forma, **VOTO PELO DEFERIMENTO DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o envio dos autos à SMSP para a **disponibilização das informações requeridas, quais sejam, 1- O georeferenciamento de cada uma das espécies de árvores no Município de Campinas declaradas imunes de corte pela Lei 8744/1996 2-O laudo fitossanitário de cada uma delas 3-O relatório de manutenção de cada uma delas desde 1996, ou, ainda**, para a **declaração de inexistência da informação**, vale dizer, que não possui a documentação requerida.

Cabe aqui elucidar a **diferença entre Negativa de acesso e Informação Inexistente**, com a transcrição de trecho **do Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2** – Negativas de acesso à informação – Brasília 2017 (fls. 11/12), a conferir:

### 3. Informação inexistente

Ainda que o procedimento da LAI tenha sido desenhado essencialmente para dar acesso a uma informação, nem sempre a informação desejada pelo cidadão existe. Tanto é assim que a lei autoriza a instituição pública a "comunicar que não possui a informação".

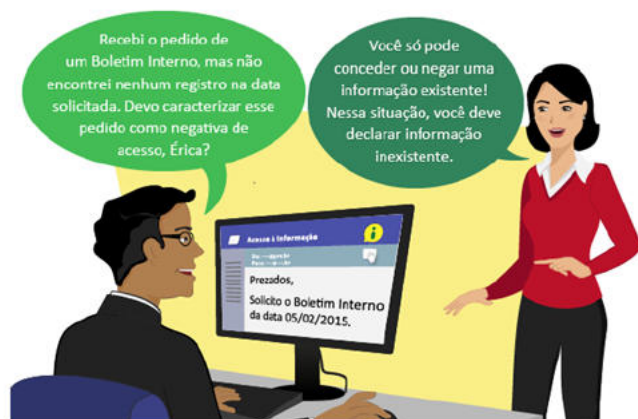


Figura 5: Informação inexistente

Fonte: Elaboração Enap

Esses casos não são caracterizados como hipótese de negativa de acesso<sup>3</sup>, pois, para isso, a informação deve existir, mesmo que em outro órgão. Dessa forma, como regra geral, a existência do objeto é condição para conhecimento de um pedido de acesso à informação.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações publicou a Súmula CMRI nº 6, de 2015, transcrita abaixo:

3. Inciso III do §1º do art. 11 da LAI

#### Súmula CMRI nº 6/2015

**"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO** - A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."

A CMRI consagrou, portanto, o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa". Isto é, se o órgão não tem a informação, muito provavelmente essa resposta é satisfatória. Entretanto, a partir da interpretação da súmula, verifica-se que a instância recursal (autoridades da instituição demandada, CGU ou CMRI, no âmbito federal) poderá:

1. manifestar-se sobre o mérito da disponibilização caso se constate a existência da informação ou se a mesma for localizada durante a instrução do recurso;
2. decidir pela reconstituição do registro da informação se pertinente e viável;
3. apurar a responsabilidade por eventuais condutas ilícitas, tais como a destruição ou não localização da informação, bem como quando constatar a sua injustificada negativa;
4. determinar a produção da informação excepcionalmente quando previsto em lei.

Dessa sorte, **se inexistente eventual informação** (o georreferenciamento, o laudo fitossanitário ou o relatório de manutenção de cada uma das espécies imunes de corte, desde 1996), **a resposta tem natureza satisfativa.**

**Esse o voto**, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).<sup>[i]</sup>

**FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE**

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

---

<sup>[i]</sup> (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Relator(a) da CMJRAI**, em 07/01/2026, às 15:56, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17350981** e o código CRC **23427AC8**.